



**Processo Administrativo Licitatório nº 06/2024
Dispensa de Licitação nº 06/2024**

PARECER JURÍDICO

Objeto: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços continuados de sistemas integrados de gestão pública para fornecimento de licença de uso, instalação, migração, integração, manutenção, treinamento e suporte técnico para sistema informatizado de software: Programa De Contabilidade, Compras, Recursos Humanos, Folha Pagamento, eSocial, Planejamento, Portal Transparência, Patrimônio, Tesouraria e Monitor DF-e, e não exclusiva, com acesso simultâneo de usuários.

Descrição dos requisitos mínimos e quantidades está descrita no termo de referência deste processo administrativo licitatório 06/2024, dispensa de licitação 06/2024

Trata-se de processo administrativo que chega ao final de sua fase preparatória e é submetido à análise jurídica desta Assessoria Jurídica (Órgão de Assessoramento Jurídico), quanto aos aspectos legais e formais, para fins de controle prévio de legalidade (Art. 53, da Lei nº 14.133/2021).

Segundo a Lei nº 14.133/2021, também aplicável aos consórcios públicos, a fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do seu Art. 12 e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação (Art. 18).

No caso:

- a) o Consórcio não possui plano de contratações anual, visto que, passou a aplicar a nova Lei de Licitações (Lei nº 14133/2021), a partir de 1º de janeiro deste ano (2024).
- b) há documento de formalização de demanda, conforme previsto no Art. 72, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, sendo que o termo de referência que instruí o processo corrobora este requisito;
- c) houve pesquisa de preço junto a fornecedores a fim de demonstrar que o valor da contratação é compatível com os valores praticados pelo mercado, estimando-se, também, a despesa, tudo conforme previsto no Art. 23 e Art. 72, inciso II, ambos da Lei 14.133/2021.
- d) a escolha do fornecedor se deu segundo o menor preço de acordo com as necessidades/objeto contratado;
- e) há dotação orçamentária prevista, não cabendo à assessoria verificar a adequação orçamentária;
- f) a minuta do contrato, de seu turno, atende aos requisitos mínimos previstos em lei (Art. 92 da Lei de Licitações).

Destaca-se que não cabe à Assessoria Jurídica examinar o mérito do ato administrativo, vez que a necessidade de licitar e contratar é identificada segundo critérios de oportunidade e conveniência do gestor público. Outrossim, quanto as características e peculiaridades de natureza técnica, relativas ao objeto, constantes dos documentos que instruem os autos (Documento de Formalização de Demanda, Termo de Referência e outros), sobre as quais este Órgão de Assessoramento Jurídico não possui conhecimento técnico científico, também se deixa de opinar.

A dispensa de licitação perquirida encontra duplo amparo legal, seja em razão do valor da contratação, seja em função da parte contratada e da finalidade específica, conforme disposto no Art. 75, II da Lei de Licitações:

“Art. 75. É dispensável a licitação:
(...);



CIMAM - Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da AMNOROESTE

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil, novecentos e seis reais e dois centavos)¹, no caso de outros serviços e compras;
(...);”

Pelo exposto, quanto aos aspectos jurídicos constata-se que a fase preparatória do processo de dispensa de licitação em questão, assim como a minuta de contrato, atende aos requisitos legais pertinentes,

É o parecer, salvo melhor juízo.

São Lourenço do Oeste, 29 de maio de 2024.

Jorge Matiotti Neto
Assessor Jurídico
OAB 17.789

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
Para verificação e detalhes da assinatura utilize o software BRy Signer ou o verificador de sua preferência.

¹ Conforme Decreto Federal nº 11.871/2023.